

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais	NE	31/12/16	31/12/17
Ativo/Circulante		25.613	13.352
Disponibilidades	4	268	367
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.100	11.102
Aplicações no mercado aberto		1.100	11.102
Títulos e Valores Mobiliários	6	11.560	-
Carteira própria		8.991	-
Vinculados ao Banco Central		2.569	-
Outros Créditos		12.615	2.093
Receita a receber	7	680	416
Negociação e intermediação de valores	8	11.919	1.630
Diversos	9	17	52
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)		(7)	(5)
Outros Valores e Bens		10	20
Despesas antecipadas		79	785
Não Circulante		739	7.854
Realizável a Longo Prazo		302	7.246
Carteira própria		163	6.438
Outros Créditos	9	302	748
Diversos		302	748
Investimentos		-	25
Outros investimentos		-	521
(Provisão para perdas)		-	(496)
Imobilizado de Uso	10	318	426
Outras imobilizações de uso		3.438	3.464
(Depreciações acumuladas)		(3.119)	(3.038)
Intangível	11	119	157
Ativos intangíveis		163	361
(Amortização acumulada)		(64)	(204)
Total do Ativo		26.352	21.436

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
1. Contexto operacional: A Magliano S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários ("Corretora"), foi constituída em 15 de outubro de 1969, por seu sócio fundador Raymond Magliano, o qual em 2007 recebeu do Bolsa Oficial de Valores de São Paulo, desde 1927 recebendo o título membro de nº 1 quando da transformação para Bolsa de Valores de São Paulo. Ao longo desses 91 anos de atuação no mercado financeiro, a Corretora por meio de seus fundadores e acionistas, procurou elevar cada vez mais o nível de profissionalismo, transparência e divulgação do mercado de valores mobiliários. A Corretora busca a constante aperfeiçoamento e expansão no mercado de valores mobiliários por meio dos diversos programas de divulgação e promoção junto ao público. A Corretora tem por objeto social operar em bolsa de valores, de mercadorias e de futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, e exercer intermediação em operações de câmbio e demais atividades permitidas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 31 de julho de 2018, foi anunciada a aquisição de 100% da Magliano Investimentos S.A. (MI), a subsidiária de Acorde Operacional ("Acorde") com a Guide Investimentos S.A. (Guide) de Valores ("Guide"), no qual foi empregado os melhores recursos da Guide e da Corretora para a migração da totalidade da carteira de clientes (pessoa física e pessoa jurídica, bem como da prestação de custódia (Alivos) da Corretora para a Guide, sendo a respectiva aceitação pelos clientes. O processo foi conduzido junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e foi homologado no segundo semestre de 2018. Neste processo, alguns colaboradores da Corretora poderão receber oferta de trabalho da Guide Investimentos para o que não haja interrupção do atendimento aos clientes. Com a realização do Acorde, a Corretora focará as suas atividades no setor de administração, custódia e controladoria de fundos de investimentos. A documentação relacionada ao "Acorde" foi entregue ao Banco Central do Brasil (DEORF) de Brasília, sendo todo homologado em 19 de setembro de 2018. Nessa operação, foi formalizada a transferência das Carteiras da Corretora de pessoa física, em data de atendimento, mais de operações e ações comerciais, tendo em vista o alto custo operacional que a Corretora tinha com esses setores. Em razão dessa mudança, naturalmente, a Corretora teve que realizar as respectivas resoluções trabalhistas e o cancelamento de alguns contratos atrelados à essas áreas, fato que acabou por aumentar o prejuízo naquele momento. Todavia, vale ressaltar que, já a partir do segundo semestre de 2019, a Corretora terá redução de custo destas áreas bem como receberá as receitas provenientes desta parceria formalizada com a Guide. Além disso, o cenário positivo, a Administração busca uma nova parceria para a carteira alivo da Magliano Invest, especialmente com foco nas atividades de Administração, Custódia, Controladoria e Gestão, procedimento que trará um novo alto poder financeiro que habitua a Corretora, não só a retomar os investimentos nesta atividade como também permitirá melhor condições muito mais competitivas. O mercado financeiro está passando por grandes mudanças. E a Corretora está, efetivamente, sendo sondada para prestação de serviços de atividades financeiras. Porém, como sempre, a Administração está sendo muito cautelosa e criteriosa em relação aos números, pois não jamais poderá entrar ao risco de marcação histórica de mais de 90 anos atuando no mercado de capitais. Esta operação permitirá que a Corretora recupere parte de suas receitas e reduza substancialmente seus custos, podendo assim obter margem de lucro e fluxo de caixa positivos, revertendo a situação alivo que se encontra.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Demonstrações Contábeis, aprovada pelo Conselho Nacional de Contas (CNC) e pelo Conselho de Contas do Conselho Nacional de Contas (CNC/C). Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados, pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMI e pelo BACEN, assim sejam: Resolução 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução 3.568/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução 3.705/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução 3.971/11 - Evento subsequente; Resolução 3.991/11 - Pagamento antecipado de ativos; Resolução 4.007/11 - Políticas contábeis de duração de estimativa e reavaliação de erro; Resolução 4.141/12 - Pronunciamento conceitual básico; Resolução 4.225/15 - Benefícios e empréstimos; Resolução CMI nº 4.524/16 - CPC (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; Resolução CMI nº 4.534/16 - CPC (R1) - Alivo Intangível; e Resolução CMI nº 4.535/16 - CPC (R2) - Alivo Imobilizado. As demonstrações contábeis incluem estimativas e pressupostos, com a menção das provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, estimativas de vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável, "impairment" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos para negociação, alivos não financeiros e outras similares. Os resultados financeiros podem ser diferentes dessas estimativas e pressupostos. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e quando aplicável houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Corretora pela Administração em 24 de maio de 2019. **3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas:** a) **Apuração de resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência; b) **Disponibilidades:** As disponibilidades são representadas por recursos em moeda nacional, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo; c) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São registradas pelo valor de aquisição e as credores dos rendimentos autorizados até a data do balanço; d) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores autorizados são classificados em suas respectivas categorias de acordo com a intenção da Administração em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos classificados na categoria "para negociação" são apresentados no alivo circulante e avaliados pelo valor de mercado. Os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratuais. Os ajustes ao valor justo de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta de despesa do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período; e) **Negociação e intermediação de valores:** E é demonstrado pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos; f) **Imobilizado de uso:** São registrados pelo custo de aquisição, a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas divulgadas pelo BACEN apresentadas na nota explicativa nº 10; g) **Demais ativos circulantes não circulantes:** Os demais ativos não registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas; h) **Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, associados, quando aplicável, dos correspondentes credores, variações monetárias e/ou de câmbio incorridas até a data dos balanços; As provisões são reconhecidas no balanço quando há uma obrigação legal, ou constituição, como resultado de um evento passado ou de provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido; i) **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$ 240 no ato. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Não foram reconhecidos créditos sobre prejuízos fiscais ou adições temporárias em atendimento à Resolução 3.059/02 do BACEN; j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As contingências ativas e passivas e obrigações

Balancos Patrimoniais	NE	31/12/16	31/12/17
Passivo/Circulante		13.174	7.075
Obrigações Circulantes		13.174	7.075
Fiscais e previdenciárias	12	331	461
Negociação e intermediação de valores	8	12.442	6.119
Diversas	13	401	495
Não Circulante		369	815
Exigível a Longo Prazo		369	815
Obrigações Circulantes	13	369	815
Diversas		369	815
Patrimônio Líquido		12.809	13.546
Capital:	15.a	36.472	31.972
De domiciliados no país		36.472	31.972
Ajustes de avaliação patrimonial (Ajustes patrimoniais)		(23.667)	(18.433)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		26.352	21.436

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2016	25.372	3	(15.571)	9.804
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	4	-	4
Aumento de capital	6.600	-	-	6.600
Prejuízo do exercício	-	-	(2.862)	(2.862)
Saldo em 31/12/2017	31.972	7	(18.433)	13.546

Mutações do Exercício:

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
Exercício	6.600	4
Saldo em 31/12/2017	31.972	7

Mutações do Exercício:

	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	(3)
Aumento de capital	4.500	-
Prejuízo do semestre	-	(3.446)
Saldo em 31/12/2018	36.472	4

legais, fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 8.232/09 do CMI. Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias são demonstradas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constatação de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente, da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais e pessoais judiciais (prejuízo), sobre as quais não cabem mais recursos. **Lucro (prejuízo) por Ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Disponibilidades	2018	2017
Caixa	268	367
Depósitos bancários	138	362
Reservas financeiras	126	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.100	11.102
Letras do Tesouro Nacional	1.100	11.102
5. Caixa e Equivalente de Caixa	1.398	11.469

5. Aplicações Interfinanceiras de liquidez - compromissadas:

	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional (LTN) - (Rendas a apropriar)	-	(2)
6. Títulos e valores mobiliários:	1.100	11.102

As operações compromissadas no mercado financeiro, mediante letras com títulos de renda fixa, são registradas como rendidas a valor justo, pelo custo de aquisição, e pelo seu valor de liquidação, refinado pelo valor das rendas a apropriar. **7. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários estão classificados em "Títulos Disponíveis para Venda", demonstrados a:

	2018	2017
Curto Prazo	8.991	8.991
Vencimento	8.991	8.991
Carteira Própria	8.991	8.991
Letras Financeiras:	-	-
do Tesouro 03/2019	2.569	2.569
Vinculados ao Banco Central	2.569	2.569
Letras Financeiras:	-	-
do Tesouro 03/2019	2.569	2.569
Longo Prazo	3.615	2.111
Carteira Própria	-	-
Letras Financeiras:	-	-
do Tesouro 03/2019	-	-
Total	11.560	11.560

Em 31 de dezembro de 2018, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, reconhecidos em contrapartida no patrimônio líquido, pelo montante de R\$4 (R\$ em 2017). Durante os exercícios finais em 31 de dezembro de 2016 e 2017, não houve redistribuição entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Os títulos publicamente emitidos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Durante o exercício final em 31 de dezembro de 2018 a Corretora realizou transações com instrumentos financeiros derivativos no mercado futuro day-trade, porém, no final do exercício não tinha valores posicionados em aberto. Estas operações, no decorrer do exercício geraram uma perda de parte do montante de R\$ 4. No exercício final em 31 de dezembro de 2017 a Corretora não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a Corretora não possui posição em margem de garantia.

7. Rendas a receber:

	2018	2017
Rendas de serviços prestados	680	416
Total	680	416

As rendas a receber são decorrentes dos serviços de intermediação de fechamento de contratos de câmbio, taxas de administração sobre o patrimônio dos fundos, clubes e carteiras administradas.

8. Negociação e intermediação de valores:

	2018	2017
Caixas de registro e liquidação	11.432	518
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	487	1.024
Obrigações com ativos financeiros e mercadorias	-	76
Obrigações para negociação intermediação de títulos	1.119	1.230
Total	12.442	12.442

As negociações e intermediações de valores correspondem às operações financeiras realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão especificamente as operações efetuadas nos três últimos pregões a serem liquidadas em D+1 e D+3. **8.3. Outros créditos - diversos:**

	2018	2017
Circulante	401	495
Adiantamentos e antecipações salariais	5	5
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	6
Impostos e contribuições a compensar	3	32
Impostos a recuperar	9	9
Total	419	497

9. Imobilizado de uso:

	2018	2017
Taxa Custo	3.438	3.464
Depreciação acumulada	(3.119)	(3.038)
Total	319	426

Instalações 10% 258 (242) 16 22
Móveis e equipamentos de uso 10% 1.191 (1.089) 102 130
Sistema de comunicação 10% 238 (231) 7 11
Sistema processamento de dados 20% 1.267 (1.212) 55 44
Segurança 10% 111 (8) 3 4
Veículos 20% 533 (398) 135 215
Total 3.438 (3.119) 319 426

Os veículos são de uso exclusivo e pessoal da Diretoria sendo a depreciação adicionada na base de cálculo do lucro real.

11. Intangível:

	2018	2017
Custo	183	119
Amortização acumulada	(64)	(119)
Total	119	157

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 das demonstrações contábeis, está em processo a implementação de plano de recuperação de seus resultados e, por consequência, sua rentabilidade, envolvendo a renovação de parte das atividades da Corretora. A continuidade operacional da Corretora está ligada ao sucesso das medidas estruturais naquela Nota Explicativa. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto. **Ênfase: Acorde operacional:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 das demonstrações contábeis, em 31 de julho de 2018 foi anunciada o Acorde Operacional da Corretora com a Guide Investimentos S.A. (Guide) de Valores ("Guide"), no qual foi negociada a migração da totalidade da carteira de clientes (pessoa física e pessoa jurídica) bem como da prestação de custódia (Alivos) da Corretora para a Guide, sendo a respectiva aceitação pelos clientes. O processo está sendo conduzido junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A documentação relacionada ao "Acorde" foi entregue ao Banco Central do Brasil (DEORF) de Brasília e foi homologada em 19 de setembro de 2018. Nessa opinião não está ressaltada em relação a este assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessas contas na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e a Administração da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nosso objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor também é responsável por identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejar, executar e concluir os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificar, omitir ou representar falsamente informações. Os outros entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria

Demonstração dos Resultados

	NE	2º Semes- tre-18	31/12/18	31/12/17
Receitas de Intermediação Financeira	479	1.117	1.799	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	483	1.121	1.799	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4)	(4)	-	
Despesas da Intermediação	13	14	(2)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	14	(2)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	492	1.131	1.797	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.938)	(6.340)	(4.673)	
Recargas de prestação de serviços	18.a	3.334	8.127	8.053
Despesas de pessoal	18.b	(4.462)	(8.916)	(7.177)
Outras despesas administrativas	18.c	(2.984)	(5.752)	(4.692)
Despesas tributárias	18.d	(378)	(686)	(896)
Outras receitas operacionais	18.e	565	1.370	101
Outras despesas operacionais	(13)	(283)	(62)	
Resultado Operacional	(3.446)	(5.209)	(2.876)	
Resultado não Operacional	-	(25)	14	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	16	(3.446)	(5.234)	(2.862)
Provisão do Exercício/ Semestre	(3.446)	(5.234)	(2.862)	
Nº de Ações	14.938.254	14.938.254	10.455.475	
Prejuízo por Mil Ações - R\$	(230,68)	(350,35)	(272,68)	

Outros ativos interfinanceiros correspondem às licenças e direitos de uso de softwares diversos adquiridos, quando passava a vigência a Carta Circular nº 3.357 que restringiu o registro destes valores no alivo diferido.

12. Fiscais e previdenciárias - Curto Prazo

	2018	2017
Fiscais e previdenciárias a recolher	331	461
Total	331	461

As obrigações fiscais e previdenciárias referem-se aos impostos e contribuições sobre o lucro e as retenções sobre proventos, clientes e terceiros a serem recolhidos de acordo com os prazos previstos nas legislações vigentes. **13. Obrigações diversas:**

	2018	2017
Curto Prazo	234	333
Provisão trabalhista	167	162
Provisões administrativas (a)	401	495
Total	802	990

Longo Prazo

	2018	2017
Provisão para passivos contingentes (b)	369	815
Total	369	815

(a) As provisões administrativas são as obrigações contratuais junto aos fornecedores de serviços, inclusive de serviços autônomos de investimentos, os fornecedores de materiais e outros fornecedores; (b) Os processos judiciais em curso foram objeto de constituição de provisão para contingências. (Nota Explicativa nº 14 - contingências).

14. Contingências - 14.1. Contingências presentes: Os processos judiciais em curso, cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos, foram objeto de constituição de provisão para contingências, sendo a composição de seu saldo a seguir:

Natureza

	2018	2017
Outros passivos (a)	369	815
Total	369	815

(a)